LEI Nº 825 de 14 de dezembro de 2005.

EMENTA: Autoriza assinatura de Contrato de Comodato com a COOPAF e COMASA, conforme especifica.

PEDRO ANTÔNIO VILELA BARBOSA, Prefeito Municipal de São João – PE; no uso das suas atribuições, faz saber que converteu o Projeto de Lei nº 18 de 08 de dezembro de 2005 na seguinte Lei:

PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idUser 138

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Contrato de Comodato com a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – (COOPAF) e a Cooperativa Mista Agropecuária de São João LTDA – (COMASA), referentes à concessão dos bens patrimoniais pertencentes ao município, indicados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único – Os bens a que se refere o caput deste artigo são os seguintes:

- Central de Recepção de Produtos Agropecuários – CERES; com área total de 3,015 m² e área coberta de 900 m².
- 01 Empacotadeira de Cereais.

Art. 2º- Os bens referidos nesta Lei terão caráter de impenhorabilidade por serem considerados Patrimônio do Município.

Art. 3º- Fica o comodatário responsável pelo bom uso dos bens referidos nesta Lei, conservando as suas características físicas, como também, assumindo toda a manutenção dos mesmos.

Parágrafo Único – O Comodato de que trata esta Lei será pelo período de 15 (quinze) anos, podendo ser renovado através de Projeto de Lei.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal João de Assis Moreno, em 14 de dezembro de 2005.

Pedro Antônio Vilela Barbosa
Prefeito

D25107

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - MAA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

PLANO DE TRABALHO (PT - 1/5)

1 DADOS CADASTRAIS

Órgão ou Entidade Proponente					CGC
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO					101463371/0001-30
Endereço					
Rua Augusto Peixoto,s/n - Centro					
Cidade		**UF**	**CEP**	**DDD**	**Esfera Administrativa**
São João		PE	55.453-000	081-784-1156	Municipal
Conta Corrente	**Banco**	**Praça de Pagamento**			**Praça de Pagamento**
	CEF	Garanhuns			Garanhuns
Responsável					**CPF**
Antônio de Pádua Maranhão Fernandes					021.680.904-59
CI/Órgão Expedidor	**Cargo**			**Função**	
558.958-SSP-PE	Prefeito			Prefeito	
Endereço					**CEP**
Fazenda Riacho do Papagaio- São João					55.435-000
No. do PT	**Prestou contas?**	**Está no Com. Solidária?**	**População rural**	**Pop. urbana**	**População total**
3º	Não	Não	13.292	5.617	18.909

2 OUTROS PARTÍCIPES

Nome	CPF ou CGC	Esfera Administrativa
Endereço		**CEP**

3 DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO

Título do Programa	Duração	
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	Início:	JULHO
	Término:	OUTUBRO

Identificação do Objeto

Dotar o município de uma infra-estrutura de produção e comercialização que atenda os agricultores familiares pela implantação de uma central de recepção, beneficiando e comercializando produtos.
Melhorar a qualidade de vida dos agricultores através da melhoria do sistema de abastecimento dágua.
E ainda promover em caracter permanente a capacidade do agricultor e estudantes de ciências agrárias com a aquisição do trator e da unidade didática para produção de rapadura, doces e conservas.

Justificativa da Proposição

O município de São João tem na agropecuária a principal base de sustentação. A expansão da pecuária ocupando espaços antes destinados à agricultura, representa uma grave ameaça para os agricultores e seus familiares.
Os recursos ora pleiteados representarão a continuação das ações já desenvolvidas pelo PRONAF, dando continuidade às propostas priorizas pelo CMDR, agindo nos processos de capacitação, produção e e comercialização.
Deste modo, serão beneficiados todos os agricultores familiares do município.

PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idUser 138

PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idUser 138

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - MAA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

PT - 2.8 | Município: São João | UF: PE

4 METAS E ESTIMATIVA DE CUSTO (R$ 1,00)

Meta	Fase	Descrição	Localização	Duração		Indicador Físi		Custo	
				Início	Término	Unidade	Quantid.	Unitário	Total
1.0		CONSTRUCÃO DE CENTRAL DE RECEPÇÃO							110.000
	1.1	Serviços Preliminares	Sãc João	junho	junho	m3	1200	3,00	3.600
	1.2	Fundações e infra-estruturas		julho	julho	m3	50	100,00	5.000
	1.3	Pórtico de concreto armado		agosto	setembro	Un	9	2.390,00	21.510
	1.4	Viga de concreto armados p/ contraventamento		agosto	setembro	Un	16	145,00	2.320
	1.5	Terça de concreto armado		setembro	outubro	m	1008	7,50	7.560
	1.6	Coberta em telha fibrocimento 6 mm		setembro	outubro	m2	1344	11,50	15.456
	1.7	Mão de obra para execução das fundações		setembro	outubro	vb	1	900,00	900
	1.8	Transporte e montagem das estruturas		setembro	outubro	vb	1	4.700,00	4.700
	1.9	Piso em pedra		junho	agosto	m2	1200	13,00	15.600
	1.10	Edificação de apoio (sanitário/wc e almoxarifado)		julho	setembro	m2	80	187,50	15.000
	1.11	Instalações elétr. de recepção e central de processo		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	13.334
		AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA E IMPLEMENTOS							30.500
	2.1	Aquisição de Trator	COOPA-Várzea do Barro	julho	julho	Un	1	28.500,00	28.500
	2.2	Aquisição de equipamentos		julho	julho	Un	1	2.000,00	2.000
3.0		AQUISIÇÃO DE UNID. DIDÁTICA DE PRODUÇÃO DE CONSERVAS E DOCES							12.000
	3.1	Aquisição de Unidade didática	COOPA-Várzea do Barro	julho	agosto	Un	1	12.000,00	12.000
4.0		CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO							16.300
	4.2	Aquisição de tubos de 60 mm	Sítio Onça-Volta do Pic	julho	agosto	m	5000	2,10	10.500
	4.3	Aquisição de eletrobomba	COOPA	julho	agosto	Un	1	1.000,00	1.000
	4.4	Construção de reservatório de 50.000 l		julho	agosto	vb	1	5.000,00	5.000
TOTAL									169.000

5 CAPACIDADE INSTALADA

O Município dispõe de terreno para implantação da Central de Recepção, bem como equipe técnica especializada que participará da implantação, acompanhamento e fiscalização da obra civil. Possue ainda máquinas e equipamentos que auxiliarão na execução da obra por firma contratada.
Para a obra de reforço hídrico a Prefeitura, através de suas Secretaria de Obras e Planejamento, disponibilizará mão-de-obra especializada para o serviço, bem como máquinas e equipamentos pertecentes ao contratado pelo Município. Esse apoio está orçado em R$10.000,00, representando a contra-partida da proponente.

água para o povoado Volta do Rio. Após a discursão das referidas propostas e considerando também os recursos disponíveis pela aprovação por unanimidade das seguintes propostas: 1 Construção do Centro de Recepção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas, 2 – Aquisição e instalação na central referida, de equipamento para limpeza, classificação e impacotamento de grãos de feijão e outros. 3 – Abastecimento d'água para fins de irrigação no CCDR. 4 – Aquisição de um trator para os comunitários à fins didáticos a ser lotado no CCDR. Logo após o presidente do conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, a qual para fim de direito foi lavrada a ata, assinada por mim, Maria Nazaré de Oliveira, secretária ad-hoc pelo presidente do Conselho e membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Maria Nazaré de Oliveira

São João, 25 de maio de 1999

PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idUser 138

Roseneide dos Santos Silva

Cartório do Único Ofício
Autentic
Certifico que a presente xerox da reprodução foi do original que me foi exibido
Lei nº 11.481 – 19/12/07
Emolumentos R$ 1,07
ISSQN 20% R$ 0,21
Total R$ 1,28
São João, 31 – 05 – 99
Tabeliã

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
Tab... Hipotecas
... Particulares
... PE

Ata da quarta (4ª) reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Vinte e cinco (25) dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e nove (1999) às 15:30h em atendimento ao que está prescrito na Lei nº 679 de 25 de julho de 1997, reuniram-se no prédio da Prefeitura Municipal de São João - PE, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR. Componentes das seguintes instituições: Poder executivo, legislativo, sec. de Ação Social, EMATER, Igrejas, Pardo a reunião o secretário Sr. Azarias de Assis leu a ata da última reunião, o presidente Conselho (Dr. Antonio de Pádua) abriu a reunião, seguindo o assunto da pauta, falando sobre reunião do conselho e que ainda estava atualizando que o período só terminará no próximo mês de maio de 2000 não é de agrado de todos gostaria desistir, mais que, não está correto, mas vai acatará o que os conselheiros decidirem. Logo sobre as propostas as colocará em discussão - as propostas que constou de 1: Construção de uma central de recepção e beneficiamento de produtos agrícolas (área 1.200m²), 2: Aquisição e implantação de três formadores para melhoramento da produção, Construção de sistema de abastecimento em volta do Rio

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparencia/Municipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idoser 138

http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311114336.pdf
assinado por: idUser 138

PT - 4/5	Município:	São João	UF:	PE

8 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

Meta	Participante	Meses												Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
1	Proponente								2.500	2.500	2.500	2.500		10.000
	MA								25.000	25.000	25.000	25.000		100.000
	Total	0	0	0	0	0	0	0	27.500	27.500	27.500	27.500	0	110.000
2	Proponente													0
	MA								30.500					30.500
	Total	0	0	0	0	0	0	0	30.500	0	0	0	0	30.500
3	Proponente													0
	MA								12.000					12.000
	Total	0	0	0	0	0	0	0	12.000	0	0	0	0	12.000
4	Proponente													0
	MA								9.000	7.500				16.500
	Total	0	0	0	0	0	0	0	9.000	7.500	0	0	0	16.500
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Proponente													0
	MA													0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	Proponente	0	0	0	0	0	0	0	2.500	2.500	2.500	2.500	0	10.000
	MA	0	0	0	0	0	0	0	76.500	32.500	25.000	25.000	0	159.000
	Total	0	0	0	0	0	0	0	79.000	35.000	27.500	27.500	0	169.000

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fernando G. Tenório

Organizador

CIDADANIA e DESENVOLVIMENTO *Local*

Editora UNIJUÍ

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EBAPE

PEGS
Programa de Estudos em Gestão Social

FGV EBAPE núcleo de turismo

GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210111114336.pdf
assinado por: idUser 138

http://cloud.iplicoes.int.br/transparencaMunicipal/downMload/47-20210311114336.pdf
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
assinado por 'user' 138

Nas reuniões voltadas às atividades produtivas a participação ocorre com maior efetividade. Observa-se que há um envolvimento bem qualificado nas articulações que abrangem associações de pequenos produtores com programas governamentais que visam o estímulo à produção. Outro fator que, na época da pesquisa, estava causando uma expectativa muito grande na população, era a instalação do Comitê Gestor do Programa Fome Zero, talvez por ser uma ação que se apresenta com um apelo assistencialista muito forte.

Segundo os entrevistados, tanto da sociedade civil quanto do poder público a participação da população se dá apenas por interesse. Quando há discussões sobre aumento de salários, criação de cargos, sobre aposentadoria, auxílio financeiro, etc., quando há interesse direto as pessoas participam. Se for uma discussão que visa à construção de um projeto de longo prazo, esse envolvimento da população não ocorre. Dessa forma, a noção que aparece com maior ocorrência nas falas, principalmente dos representantes do poder público, é assistencialismo. Segundo os entrevistados, a população está acostumada e gosta do assistencialismo, de receber os benefícios, mesmo que pouco, de forma fácil e gratuita, fato que desestimula a participação nas discussões para o desenvolvimento do município. Assim, no senso comum, existe pouca aderência às iniciativas da prefeitura em articular a sociedade civil, por conta da sua incapacidade de financiar projetos de cunho assistencialista.

> (...) até o próprio produtor, agricultor, ele participa um pouco (...) do sindicato rural. De ser sonso, ele só procura o sindicato quando ele tá precisando ou perto de precisar de uma aposentadoria, aí que ele procura freqüentar o sindicato, procura contribuir, tirar sua carteirinha e contribuir, ou então, a mulher, um salário de maternidade, essas coisas, é quando participa. Aí, depois que fazem uma carteirinha, (...) esquece o sindicato, tá entendendo, até o presidente lá, que tem muito sócio, dessa maneira, até faz uma assembléia, às vezes tem dificuldade, porque o povo não participa (RPLM de Saloá).

Cabe destacar, porém, que a ênfase para a falta de capacitação de organizações da sociedade civil ocorre, basicamente, por parte de cidadãos que não participam de tais movimentos; e a visão de que o povo é interes-

es do poder Legislativo. Isso pode apontar
o fato de que esconhecem a inserção das organizações da
iedade civil, atribuindo-lhes falta de capacitação. Por outro lado, pode
havendo uma tentativa, por parte de representantes do Legislativo, de
ualificar a atuação de organizações da sociedade civil, uma vez que
bem estruturada, poderia competir com as ações de representantes do
slativo.

É importante ressaltar, também, que existe uma motivação de parte
presentações populares em participar sem esse pragmatismo apontado
muitos informantes, como foi apresentado anteriormente, quando se
icou a existência de iniciativa para a negociação entre poder público e
iedade e a presença de movimentos e organizações da sociedade civil.
discussões podem apontar para a ruptura do estigma, muito recorrente
gião, de que a população carente só se articula por interesse próprio,
uma visão solidária e comunitária.

der público

Nesta seção serão discutidas as contribuições e limitações do poder
blico, nos municípios pesquisados, sobre formas concertadas de discussão
speito de questões relativas ao desenvolvimento local.

tos positivos

Analisando a relação que o poder público vem estabelecendo com os
dutores locais, observa-se poucas iniciativas de aproximação mais orgâ-
a no sentido de levar a cabo ações estruturantes nas localidades
quisadas. De forma geral, a tentativa de aproximação se dá pela busca de
io pontual para um problema mais específico.

Observou-se, contudo, em uma cidade (São João), uma exceção a
a prática. Foi desenvolvida uma articulação entre a prefeitura e produto-
para estimular a produção e viabilizar sua comercialização, criando um
reposto e, com isso, propiciando condições adequadas para os produtores
em um melhor preço. Por sua vez, esta iniciativa visou a possibilitar uma
ecadação maior desta prefeitura, na medida em que os atravessadores

levavam essa produção para cidades vizinhas, principalmente Garanhuns, que tem maior capacidade de comercialização, não permitindo, com isso, que a cidade de São João pudesse ampliar sua receita.

Além disso, ainda neste município, havia uma proposta acordada entre a prefeitura e representantes da sociedade civil de criar uma central de abastecimento na cidade para viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas dos pequenos produtores. Assim, foi criada pela prefeitura, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma central de abastecimento para ajudar na comercialização dos pequenos produtores, bem como agregar valor aos produtos, contribuindo também para ampliar a arrecadação do município.

> São João comercializa com os outros municípios em torno de dois milhões de reais e para o município não entra um centavo. Esse dinheiro vai todo para Garanhuns, pois os atravessadores compram feijão da gente. Com isso a central de abastecimento tem como objetivo reverter essa situação, ela já está em fase final de construção, que foi financiada com recursos do Pronaf, já que a característica na região é de pequenos produtores. (...) Vai ser canalizada toda comercialização dos produtos agropecuários. Agora existe uma tradição do comércio informal, que a gente vai enfrentar uma barreira muito forte, que é quebrar isso, tem mais de 40 anos. Trazer a nota fiscal não vai ser fácil. Essa estrutura está sendo entregue para uma das cooperativas, para que ela possa administrar essa parte da comercialização (RPEM de São João).

Essa proposta teve uma reação muito forte por parte dos atravessadores que exploram este mercado. Eles se articularam com políticos, principalmente deputados estaduais e federais, para criar uma série de dificuldades políticas e jurídicas para este empreendimento. *"Infelizmente, essa proposta da central está parada há muito tempo, porque os atravessadores, com apoio de deputados, conseguiram embargar a construção do galpão, alegando irregularidades na obra"* (RPEM de São João).

Este fato, por um lado, reflete a existência do mandonismo local, que não quer possibilitar a autonomia de pequenos produtores e o conseqüente esvaziamento da dependência econômica, importante para o exercício das

assinado por: idUser 388
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparencia/municipal/acesso/7272 PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL

formas de domín
tais parcerias, se

cionais no Brasil. Por outro, demonstra que
dade civil e o poder público ou por meio da interação com outros atores sociais, é resultado da construção política, na defesa de interesses diversos que se apresentam na sociedade. Isso revela que a noção de conflito emerge, inclusive, em ações consorciadas, opondo-se à idéia muito divulgada atualmente, sobre as estratégias de desenvolvimento local, nas quais se deve adotar metodologias que evitem o aprofundamento de divergências e melhorem a capacidade de desenvolver consensos negociados entre os atores sociais, em prol de objetivos comuns.

Analisando as falas acerca da relação dos municípios com os poderes públicos estadual e federal, observa-se que ainda não existe uma ação sistematizada para estabelecer trocas de experiências e apoio técnico ou financeiro, por parte dos municípios pesquisados. Na maioria dos casos analisados ainda se conserva uma visão de dependência em relação ao governo federal:

> Discutem, mas a maioria dessas idéias, infelizmente fica quase tudo no papel. Até agora o governo não está liberando dinheiro nenhum, tá bloqueando tudo. Tem os programas de governo que estão atingindo a minoria, este do Fome Zero e outros programas de governo não chegou até agora, ficaram só no papel, não chega (RPLM de Brejão).

Algumas iniciativas, no entanto, podem ser observadas. Para estimular o desenvolvimento de uma determinada cidade, por exemplo, Saloá, a prefeitura buscou estabelecer parcerias, seja para o financiamento de microprojetos, por meio do Banco do Nordeste, ou a partir de troca de experiências com iniciativas postas em prática em outros lugares e que podem ser reproduzidas no município.

> Nós temos um trabalho forte, fortíssimo, com as associações de produtores. Todo mundo tem se empenhado, inclusive nós temos tido um parceiro muito importante, ultimamente no nosso município, que tem sido o Banco do Nordeste, com esses programas de miniprodutor. Por sinal, nós tivemos nesse ano [2003] já mais de 300 ou 400 projetos, miniprojetos aprovados. Quer dizer, é um pro-